

4. CONCURSO PÚBLICO: CPE.14.22. DMOSM- Contratação - Empreitada de “Requalificação do Túnel Rodoviário da Avenida”.

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 26/04/2023, que aprovou o o Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas. Na sequência da aprovação do Relatório Final e pelo facto do concorrente em agrupamento de entidades: Domingos da Silva Teixeira, S.A. e DTE, Instalações Especiais, S.A, ter ficado classificado em 1.º lugar, propõe-se que a empreitada supramencionada, lhe seja adjudicada, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, pela quantia de 5.274.043,62€, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 250 dias. Propõe-se ainda a aprovação da Minuta do Contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

ASSUNTO:

CONCURSO PÚBLICO: CPE.14.22.DMOSM

CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA”.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA e APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.

PROPOSTA:

Submete-se para aprovação, o Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas.

Na sequência da aprovação do Relatório Final e pelo facto do concorrente em agrupamento de entidades: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A, ter ficado classificado em 1.º lugar, propõe-se que a empreitada supramencionada, lhe seja adjudicada, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, pela quantia de **€5.274.043,62**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 250 dias.

Propõe-se ainda a aprovação da Minuta do Contrato, em anexo.

A Técnica da UAC,



Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Concurso Público: CPE.14.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA".

Preço base (Pb): €4.607.531,77 (quatro milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e trinta e um euros e setenta e sete cêntimos), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 250 (duzentos e cinquenta) dias.

Identificação do Júri do Procedimento: Membros efetivos:

Carlos Rodrigues (Presidente do júri)

Rita Gonçalves

Ana Martins (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Membros suplentes:

Valéria Borges

André Ruão

I – Introdução:

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 11/04/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **14605/2022**, foi

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 218, de 11 de novembro de 2022, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – Resultado da audiência prévia e Ordenação das propostas:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – Possibilidade de adjudicação ao abrigo do disposto no artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Público :

Face aos resultados da análise das propostas, vertidos no relatório preliminar, o Júri concluiu que todas as propostas preenchem os fundamentos previstos no Código dos Contratos Públicos para a exclusão da respetiva proposta, determinando o artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do CCP, que **«não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando (...) todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, no que respeita às propostas»**. No entanto o referido artigo 70.º, n.º 6 do CCP, admite que as entidades adjudicantes **adjudiquem propostas cujo preço seja superior ao preço base**, nos termos seguintes:

«No caso do concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que tenham sido excluídas



Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

com fundamento na alínea d), do n.º 2 (do artigo 70.º do CCP) e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

- a) - Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja a referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;
- b) - O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP;
- c) - A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço».

III.I – Verificação dos Requisitos Previstos no Artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos:

O Júri verificou no contexto do presente procedimento, que estão preenchidos os requisitos e pressupostos que habilitam a entidade adjudicante a proceder à adjudicação, com recurso à hipótese legal consagrada no citado artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos:

- **Tipo de procedimento | verificado:** o procedimento de formação do contrato é um concurso público;
- **Exclusão de todas as propostas | verificado:** o júri concluiu que todas as propostas apresentadas preenchem motivos de exclusão, conduzindo à aplicação do disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos;
- **Existir, pelo menos, uma proposta cuja exclusão foi determinada somente por apresentar um preço superior ao preço base | verificado:** da análise das propostas, resulta que aquela que foi apresentada pelo concorrente José Moreira Fernandes & Filhos, S.A., não preenche qualquer outro fundamento de exclusão para além do enunciado na alínea d), do n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos;

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

- O preço da proposta cuja exclusão foi determinada apenas por apresentar um preço superior ao preço base não exceder em mais de 20% o montante do preço base | **verificado**: o preço da proposta apresentada pelo concorrente em agrupamento de entidades **DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.**, excede em, sensivelmente, **12,19%** o preço base do procedimento;
- A possibilidade de adjudicação acima do preço base se encontre prevista no programa do procedimento | **dispensado**: O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, que estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos, admite expressamente que *«durante a vigência do presente decreto-lei, as entidades adjudicantes podem recorrer ao disposto no n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, ainda que essa possibilidade não se encontre prevista no programa do procedimento, sem prejuízo dos demais pressupostos e requisitos legais»*.
O artigo 2.º do referido diploma legal admite a aplicação desta exceção aos contratos públicos em execução ou a celebrar, e aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar, aplicando-se, portanto, no contexto do presente procedimento.
Mesmo não estando a possibilidade de adjudicação acima do preço base prevista nas peças do procedimento, pode a entidade adjudicante socorrer-se da referida norma especial, dispensando-se, assim, a verificação daquele específico requisito.
- A modalidade do critério de adjudicação prevista no Programa do Procedimento seja a de «multifator» | **verificado**: o Programa do Procedimento indica, como modalidade do critério de adjudicação, a prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo o critério de adjudicação

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

densificado por diferentes fatores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

- **A adjudicação recaia sobre a proposta admissível, à luz destes pressupostos, que seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação | verificado:** existindo uma só proposta que preenche a hipótese prevista no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, o critério de adjudicação, enquanto instrumento de diferenciação e graduação de propostas, não tem, neste cenário, verdadeira aplicabilidade prática.
- **O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP | verificado:** tendo sido promovido um concurso público sem publicação de anúncio no JOUE, a adjudicação pelo preço apresentado pela proposta do concorrente **agrupamento de entidades DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.**, inscreve-se nos limiares definidos para o tipo de procedimento, pelo disposto no artigo 19.º, alínea b) do CCP;
- **A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço | a verificar:** uma vez que a autorização da despesa está delimitada pelo preço base, a possibilidade de adjudicação, por recurso ao disposto no artigo 70.º, n.º 6 do CCP, exigirá a revisão de tal decisão, de harmonia com o valor da proposta que pode ser aceite.
- **Existam motivos excecionais e de justificado interesse público para a adjudicação acima do preço base | verificado:**

1. Fundamentação segundo interesse público – Operacionalidade das intervenções

O túnel rodoviário que se pretende intervencionar está incluído e implantado sobre um eixo rodoviário fundamental para Concelho de Braga, garantindo, através da Estrada

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Nacional 14, o acesso norte ao centro da cidade através da Avenida da Liberdade e a partir desta avenida às Estradas Nacionais 101, 103 e 309.

Cumulativamente encontra-se também em fase de adjudicação a empreitada CPE.16.22.DMOSM - "EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO", que é uma via complanar diretamente e fortemente interdependente com o Túnel rodoviário em causa.

Deste modo, foi intenção estratégica, clara e objetiva, do Município de Braga que a execução física de ambas as empreitadas decorresse em simultâneo, pois só dessa forma se garantiria uma redução efetiva e acentuada do volume de tráfego que circulará na Avenida da Liberdade durante a execução da empreitada, redução essa garantida através da interdição de circulação do tráfego proveniente da EN14 prevista no interior do túnel durante a execução da presente empreitada. Por outro lado, fazendo coincidir aproximadamente os prazos de execução de ambas as empreitadas fará que terminem aproximadamente na mesma data, evitando-se o prolongamento dos condicionaisismos, ou seja, a existir, e serão grandes, "que se verifiquem de uma vez", traduzindo-se estes, verificando-se a simultaneidade, por um período máximo de 250 dias.

Para este efeito, o Município de Braga elaborou já um amplo estudo de tráfego com vista à mitigação dos constrangimentos de tráfego que a simultaneidade das empreitadas irá gerar em toda a cidade, nomeadamente:

- i. Definição implementação de desvios de tráfego;
- ii. Definição e implementação de possíveis alterações de sentido de tráfego;
- iii. Alteração dos tradicionais circuitos dos Transportes Urbanos de Braga assim

como da localização dos pontos de paragem e recolha de passageiros;

- iv. Criação e divulgação de ampla campanha informativa;

2. Fundamentação segundo interesse público – Perda de oportunidade financiamento

O Município de Braga tem em curso a operação financiada NORTE-03-1203-FEDER-000123 "Promoção da eficiência energética no túnel de ligação entre a Avenida António Macedo e a Avenida da Liberdade" com um investimento global aprovado de €278.251,46, investimento elegível de €274.180,03 e fundo de €260.093,42€.

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Para questões de interoperacionalidade entre as diferentes infraestruturas a execução dos trabalhos financiados serão executados no âmbito da presente empreitada.

Pelo facto de o contrato a celebrar se enquadrar numa operação financiada, com prazo limite de execução física a 30/06/2023, é absolutamente determinante assegurar, com a máxima rapidez, a execução física e financeira da empreitada, dado que, assim não sendo – isto é, caso se opte, em alternativa, por desencadear um novo concurso público – o risco da baliza temporal disponível para a concretização do investimento se fechar é muito significativo, podendo, inclusivamente, impedir a sua concretização.

Realça-se por último que o início da execução da empreitada correlacionada “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO” encontra-se, à data de emissão do presente Relatório Preliminar, dependente apenas da obtenção do respetivo visto prévio do Tribunal de Contas, não podendo este início ser adiado ou suspenso por se tratar esta também de uma operação financiada.

3. Fundamentação perante a atual situação de excecionalidade – Possível ineficácia de novo procedimento

Constata-se, ainda que, no futuro imediato, dada a inflação crescente e a variação constante dos preços, existe o risco significativo de nem tão pouco ser possível executar a obra pelo preço proposto pelo concorrente em agrupamento de entidades DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.

Com efeito, vive-se presentemente um crescimento muito acentuado da inflação. Na sequência da pandemia de Covid-19 e das medidas de confinamento, a economia mundial enfrenta atualmente uma inflação considerável que tem causado preocupação transversal na atividade económica.

O aumento mundial da inflação está relacionado com a reabertura da economia na sequência de medidas de confinamento associadas à pandemia. Embora a procura tenha aumentado, tem havido escassez da oferta e estrangulamentos ao nível de mercadorias e bens intermédios. Mais recentemente, o conflito na Ucrânia, as sanções económicas contra a Rússia e as medidas de confinamento na China perturbaram ainda mais as cadeias de abastecimento internacionais.

Uma grande parte do aumento da inflação reflete o aumento dos preços da energia. Adicionalmente, os preços dos alimentos, bens industriais não energéticos e serviços

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

tem também vindo a contribuir para a tendência ascendente da inflação desde outubro de 2021.

Portugal e o mundo vivem, portanto, tempos absolutamente **excecionais** que, inclusivamente, justificaram a intervenção do legislador, através do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, reconhecendo que *«esta situação exige a aplicação de medidas extraordinárias e urgentes e a prática dos atos adequados e indispensáveis para garantir as condições de execução e conclusão das obras públicas, sob pena da prossecução do interesse público ficar comprometida pela não realização ou conclusão das obras programadas, com impactos na execução dos planos e programas de apoio financeiro instituídos para a recuperação da economia, bem como na sustentabilidade e viabilidade dos operadores económicos»*.

Por outro lado, para o Município de Braga é de **relevante interesse público** executar a obra concursada, pela satisfação indispensável às necessidades de melhoramento desta infraestrutura— *não fazendo perigar* — o financiamento contratado e cuja execução física e financeira tem prazos exigentes, não compatíveis com o lançamento de um novo concurso público que, dada a incerteza do mercado, pode facilmente redundar num cenário idêntico ao aqui verificado.

Conclusão:

Com efeito, julga-se que estará fundamentada a necessidade de se proceder á adjudicação da empreitada por um valor acima da base, pois, uma tal opção contrária — *que envolverá a repetição de todo o procedimento, com um novo preço base, naturalmente* — implicará o consumo de um período temporal que se alargará entre 6 a 8 meses - realce-se, sem qualquer garantia de que se alcance, sequer, um preço contratual, no jogo concorrencial, equivalente ao que, neste momento, com recurso ao artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos é possível assegurar - o que traduziria em um claro prejuízo para o interesse público em contraponto com as razões, fundamentos e interesses acima identificados e explanados.



Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

IV – Ordenação das propostas :

Assim, considerou-se que estão reunidas as condições para adjudicação da presente empreitada, tendo sido efetuada a avaliação da proposta do concorrente em **agrupamento de entidades DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.**, através da operacionalização do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas).

Nestes termos, o júri deliberou por unanimidade, propor para aprovação:

- A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, nos termos seguintes:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço da proposta	Prazo de execução
1.º	Agrupamento de entidades: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.	0,16	€5.274.043,62	250 dias

Face ao supra exposto, propõe-se que:

a) - Se reconheça de excecional interesse público para o Município de Braga a execução imediata do contrato objeto do procedimento, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, com base na fundamentação constante do presente relatório e relatório preliminar.

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

b) - Se reveja a decisão de autorização da despesa proferida aquando da abertura do procedimento, reformulando-a, nos termos da cabimentação anexa, para o valor de €5.274.043,62, assim habilitando a adjudicação pelo preço de **€5.274.043,62**, nos termos exigidos pela alínea c), do n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*;

c) - Se aprovadas as decisões precedentes, se adjudique a execução do contrato ao concorrente **em agrupamento de entidades: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.**, ao abrigo do disposto no artigo 70.º, n.º 6 do *Código dos Contratos Públicos*, cujos pressupostos se mostram verificados, conforme resulta do relatório preliminar.

IV.1. Cabimento orçamental

Para cumprimento da alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, junta-se a informação do cabimento n.º 73478 de 12/01/2023, revisto e atualizado em 30/03/2023.

V – Adjudicação e Formalidades:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **em agrupamento de entidades: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. e DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, pela quantia de **€5.274.043,62**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 250 dias.

I.1 – Compromisso

A aprovação da presente proposta fica condicionada à emissão do respetivo compromisso, cuja informação será emitida previamente ao envio da presente proposta de adjudicação para aprovação, pelos Serviços da Divisão de Contabilidade.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- ***Minuta do contrato***

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

O Júri do Procedimento

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.14.22.DMOSM**“REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: Sociedades: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros) e **DTE – INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A**, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501866116, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €151.000,00 (cento e cinquenta e um mil euros), ambas aqui representadas por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme respetivas certidões: certidão permanente, com o Código de acesso:.....e certidão permanente, com o Código de acesso:....., Sociedades estas que se apresentaram ao concurso organizadas como agrupamento de empresas, nos termos do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, e que após adjudicação da presente empreitada, se associaram em consórcio externo de responsabilidade solidária, com a denominação “.....”, com sede em.....tendo como chefe do consórcio....., conforme contrato de consórcio que celebraram entre si, em....., sendo arquivado um exemplar. Sendo as referidas sociedades associadas em consórcio, doravante identificadas por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 17 de outubro de 2022, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por

Concurso Público: CPE.14.22.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;_____

- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 73478, de 12/10/2022 e a informação de compromissos n.º, de, e n.ºde....., nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão dede dezembro de_____
- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do

empregado, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.____

Artigo 2.º
(Local da obra)

____ Os trabalhos de empreitada serão executados na Freguesia de São Vicente (Av. António Macedo); U. F. de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto (Praça Conde de Agrolongo, Av. Central e Av. da Liberdade), do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€5.274.043,62 (cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quarenta e três euros e sessenta e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____ 2. A revisão de preços obedece à fórmula descrita na cláusula 36.º n.º 2 do Caderno de Encargos._____

____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução

prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

_____.O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **250 (duzentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

_____.1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

_____.2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

_____.3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

_____.4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

_____.5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

_____.1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º
(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 10.º
(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o Engenheiro Frederico Faia de Carvalho Dias, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: geral@dstsgps.com_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual._____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)